

Proibição de bandeiras ideológicas em edifícios públicos reacende tensão

written by O Cidadão | 26 de Abril, 2026



PSD, Chega e CDS-PP aprovaram um diploma que proíbe o hastear de bandeiras de natureza ideológica, partidária ou associativa em edifícios públicos, numa decisão que reacendeu o debate político em torno dos limites da expressão simbólica no espaço institucional.

O texto de substituição, elaborado na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias da Assembleia da República, foi aprovado na generalidade, especialidade e votação final global com os votos favoráveis de PSD, Chega e CDS-PP. PS, PAN, Livre, BE e PCP votaram contra, enquanto a Iniciativa Liberal se absteve.

O diploma abrange edifícios do Estado, autarquias, regiões autónomas, forças de segurança e demais entidades públicas, incluindo fachadas, interiores e mastros de uso oficial.

Também são permitidas bandeiras históricas em contextos de evocação e símbolos associados a programas institucionais ou educativos.

Segundo o texto aprovado, ficam excluídos espaços privados, eventos culturais ou desportivos sem representação oficial e cerimónias diplomáticas regidas por protocolo internacional. A aplicação da lei deverá ainda respeitar critérios de proporcionalidade e o contexto institucional concreto.

O diploma prevê igualmente um regime sancionatório, com **coimas entre 200 e 2.000 euros em casos de negligência e entre 400 e 4.000 euros em situações de dolo**, cabendo às entidades gestoras dos edifícios assegurar o cumprimento da legislação.

A medida, segundo a RTP, gerou forte controvérsia política e social, com críticas centradas no impacto sobre a liberdade de expressão simbólica e na interpretação do conceito de "**ideologia**" aplicado à lei.

Fontes

- *Assembleia da República – aprovação do diploma e texto legislativo*

<https://www.parlamento.pt>

- *RTP – cobertura da votação e reações políticas*

<https://www.rtp.pt>